



INTERVENÇÃO NO PALÁCIO DA ABOLIÇÃO EM FORTALEZA: FLEXIBILIDADE E PERMANÊNCIA¹

INTERVENTION IN PALÁCIO DA ABOLIÇÃO IN FORTALEZA: FLEXIBILITY AND PERMANENCY

Bruno Melo Braga

PPGAU+D –Universidade Federal do Ceará

brunobragaarq@gmail.com

Ricardo Alexandre Paiva

PPGAU+D –Universidade Federal do Ceará

paiva_ricardo@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho faz uma análise do projeto de reabilitação e restauro do Palácio da Abolição em Fortaleza, sede executiva do Governo do Estado do Ceará. Proposto inicialmente como residência do governador, o edifício faz parte de um importante conjunto arquitetônico moderno da cidade, inaugurado em 1970, de autoria do arquiteto Sérgio Bernardes. No projeto de intervenção, realizado em 2011, buscou-se identificar e preservar as principais características do projeto original. Através da análise de princípios de flexibilidade adotados na proposta de Bernardes, busca-se levantar uma discussão acerca de como tais princípios, bastante presentes na Arquitetura Moderna, podem contribuir para intervenções nos edifícios deste período. No caso específico das edificações públicas com finalidade administrativa, como é o caso do Palácio, é ainda mais importante adotar estes atributos tanto de permanência e durabilidade do ponto vista estrutural e material quanto flexibilidade e necessidade de adaptabilidade de seus usos e funções ao longo do tempo, pois passam constantemente por reformas e intervenções. Através, portanto, da análise da intervenção no Palácio da Abolição, é possível contribuir para a discussão dos critérios a serem estabelecidos para a preservação de obras semelhantes e, conseqüentemente, para a valorização do legado arquitetônico, histórico e cultural deste acervo.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna (CE). Fortaleza. Sérgio Bernardes. Flexibilidade.

Abstract

This work analyses the rehabilitation and restoration project of Palácio da Abolição in Fortaleza, the executive headquarter of the State Government of Ceará. Initially proposed as residence for the Governor, the building is part of an important set of architectonic modernist buildings of the city, built in 1970 and designed by the architect Sérgio Bernardes. The intervention, proposed in 2011, aimed to identify and preserve the main characteristics of the original project. Through the analysis of the principles of flexibility in Bernardes approach, the work raises a discussion about how these principles, so present in Modern Architecture, can still contribute in interventions on the buildings from this period. In the specific case of administrative public buildings, such as Palácio da Abolição, it is even more important to use this attributes of structural permanency and durability and flexibility and adaptability in its uses and functions through time, considering that they are constantly going through reforms and interventions. By analyzing the intervention on Palácio da Abolição, it is possible to contribute to the discussion of the criteria to preserve similar buildings and, therefore, to the valorization of its architectonic, historic and cultural legacy.

Keywords: Modern Architecture (CE). Fortaleza. Sérgio Bernardes. Flexibility.

¹ BRAGA, B. M.; PAIVA, R. A. Intervenção no Palácio da Abolição em Fortaleza: flexibilidade e permanência. In: 11° SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL. *Anais...* Recife: DOCOMOMO_BR, 2016. p. 1-12.



1 INTRODUÇÃO

O Palácio da Abolição faz parte do conjunto arquitetônico projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes (1919-2002) em Fortaleza que, além do Palácio propriamente dito, inicialmente proposto como residência do governador, conta com mais três edifícios: a Capela, o Gabinete de Despacho e o Monumento e Mausoléu do Presidente Castelo Branco.

O conjunto, inaugurado em 1970, foi tombado pelo governo estadual em 2004, mas somente em 2011 foi realizado o projeto de reabilitação e restauro pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia do Estado do Ceará (DAE) para que o conjunto voltasse a abrigar a sede do executivo cearense. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar esta intervenção, com foco no edifício do Palácio, destacando os critérios adotados para preservação de elementos originais, as alterações propostas e os atributos do projeto original que contribuíram para a permanência dos valores arquitetônicos modernos.

As edificações públicas com finalidade administrativa, como é o caso do Palácio, exigem atributos tanto de permanência e durabilidade do ponto vista estrutural e material quanto flexibilidade e necessidade de adaptabilidade de seus usos e funções ao longo do tempo, pois passam constantemente por reformas e intervenções, ao mesmo tempo em que nem sempre há recursos para manutenção. Ao se analisar, portanto, a vigência e o valor atual destes edifícios, um dos fatores mais relevantes para sua permanência, tanto em relação às funções quanto ao seu caráter formal, é a flexibilidade de seus espaços, premissa marcante do modernismo arquitetônico, com uma ênfase importante no desenho de estruturas racionais e flexíveis, sem abrir mão da expressividade formal.

A adaptação funcional é fundamental em projetos que visam a preservação e reabilitação de edifícios modernos. Através da análise da intervenção no Palácio da Abolição, é possível contribuir para a discussão dos critérios a serem estabelecidos para a preservação de obras semelhantes e, conseqüentemente, para a valorização do legado arquitetônico, histórico e cultural deste acervo.

2 FLEXIBILIDADE NA ARQUITETURA MODERNA

A flexibilidade é um conceito que abrange uma grande diversidade de interpretações e que tem sido explorado por vários autores em distintos campos do conhecimento. Em arquitetura, o estudo sobre conceitos e parâmetros de flexibilidade tem gerado cada vez mais interesse. Isso se dá por diversos motivos, seja por preocupações ambientais, estratégias econômicas ou mesmo por ser um tema relevante de investigação dos profissionais da área (JORGE, 2012).

O conceito de flexibilidade, na arquitetura, implica uma associação à natureza espacial, à tecnologia construtiva, ao programa e aos usuários, sendo uma tarefa difícil, de interpretações, muitas vezes, divergentes. Os conceitos de flexibilidade investigados abordam variadas definições: adaptabilidade, participação, polivalência, multifuncionalidade, elasticidade, mobilidade, evolução e outros. (JORGE, 2012, p. 39)

Os estudos sobre a questão da flexibilidade abordam, portanto, a investigação acerca de como potencializar por intermédio de espaços flexíveis o uso das construções, ao mesmo tempo que considera a sua permanência, seja através de estratégias de projeto relacionadas à transformação de quê ou, no caso de soluções mais abertas, entendendo o edifício como algo capaz de crescer e se reconfigurar ao longo do tempo (MACIEL, 2015). A flexibilidade surge como uma reflexão complementar a outro tema bastante debatido na arquitetura moderna: o funcionalismo. Como explica JORGE (2012, p. 51):

Flexibilidade e funcionalismo são conceitos interrelacionados, amplamente discutidos e polêmicos. (...) O embate entre os conceitos de flexibilidade e funcionalismo é incansavelmente abordado por teóricos da arquitetura e do urbanismo. (...) cada função possui um lugar específico dentro do espaço



dominante, fato que elimina a manifestação da multifuncionalidade, expoente da flexibilidade. (JORGE, 2012, p. 51)

A arquitetura moderna foi o movimento arquitetônico que mais permitiu o desenvolvimento de questões relativas ao conceito de flexibilidade. Uma vez que as partes que compõem uma obra arquitetônica passam ser organizadas e arranjadas de diferentes maneiras, de acordo com o programa, o sítio e os meios de construção que se utilizam, e estrutura e vedação passam a ser vistos como sistemas independentes, assumindo, portanto, a independência de cada elemento de composição do projeto, torna-se possível a aplicação de conceitos de arquitetura flexível (FINKELSTEIN, 2009).

Os valores de natureza utilitária são, via de regra, superados em pouco tempo. Isto acontece devido às profundas modificações que sofre a vida material dos homens no decorrer de alguns anos. (...) É essa transitoriedade das qualidades utilitárias dos edifícios que vem colocando entre as preocupações dos arquitetos a procura de soluções estruturais capazes de se adaptarem às constantes modificações das exigências utilitárias. Assim nasceu a concepção moderna de planos flexíveis, isto é, de estruturas que permitam, sem constrangimento para o aspecto formal do edifício, modificar as plantas e reorganizar os espaços internos sempre que isso se faça necessário. (GRAEFF, 1979, p. 26)

Essa relação da arquitetura moderna com o conceito de flexibilidade se deu de várias maneiras distintas, e suas possibilidades foram exploradas de diferentes formas pelos arquitetos modernos. Estas questões se tornam, então, mais diretas, e uma nova forma de projetar, com novos elementos de projeto, faz-se possível pelo sistema projetual que avança com a arquitetura moderna. Esta, portanto, traz algumas das principais características a partir das quais se pode pensar em espaços flexíveis nessa nova forma de projetar, com elementos como espaços contínuos, vedações não internas e externas sem funções estruturais ou até mesmo móveis e organização do espaço a partir do núcleo de serviços. (FINKELSTEIN, 2009)

A arquitetura moderna brasileira teve em seus exemplares a aplicação de espaços flexíveis. O próprio Ministério da Educação e Saúde (1936-45), ícone do período, possui uma planta racional, com pavimento livre e concentração de circulações verticais e áreas molhadas. Isso, no entanto, não foi um caso isolado. Segundo Maciel (2015, p. 101):

Ao se descolar das práticas funcionalistas e se voltar para o desenho das estruturas, para a criação de geometrias simples e espaços generosos para resolver problemas complexos, preocupando-se com a construção da paisagem e com a articulação territorial, a arquitetura moderna brasileira apresenta, como efeito colateral, uma grande abertura à possibilidade de mudança de uso e à apropriação dos seus espaços que a diferencia significativamente das produções modernas dos países do hemisfério norte. (...) Por serem capazes de acomodar usos variados ao longo do tempo, adquirem uma longevidade ampliada e conseguem retardar significativamente sua obsolescência funcional.

É neste contexto que se insere o projeto do Palácio da Abolição. O edifício aborda as questões levantadas por Maciel (2015), com foco no desenho das estruturas flexíveis, com espaços generosos e forte integração com a paisagem. Como será analisado a seguir, estes princípios foram fundamentais para que a intervenção realizada no edifício não prejudicasse suas características mais significativas.

3 PALÁCIO DA ABOLIÇÃO: DO PROJETO ORIGINAL À INTERVENÇÃO

A construção do novo palácio que serviria de residência oficial para o chefe do executivo cearense foi um desejo do governador José Parsifal Barroso, empossado em 1959. Segundo Gabriele e Sampaio Neto (2007), este encontrava-se insatisfeito com as rústicas instalações do Palácio da Luz e, por isso, solicitou a elaboração do projeto do Palácio da Abolição.



O projeto inicialmente seria objeto de concurso regional de projetos, mas durante o processo o governador delega o projeto para o arquiteto Sérgio Bernardes, com quem já tinha relações anteriores².

A relação entre ambos provém do ano anterior, quando Parsifal Barroso, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo do Presidente Juscelino Kubistchek, torna-se o responsável pela viabilização da construção do pavilhão que representava o Brasil na Exposição Internacional de Bruxelas, de autoria do mencionado arquiteto. (Gabriele e Sampaio Neto, 2007, p. 1).

Devido aos limitados recursos estaduais, a construção do conjunto se estendeu por mais dois governos, Virgílio Távora e Plácido Castelo, cabendo, a este último, o mérito pela sua conclusão em 1970. Segundo Gabriele e Sampaio Neto (2007, p.1):

Em tais circunstâncias, esta obra integrará um rol de grandiosas realizações, levadas a cabo pelo mencionado governador, primeiro do período militar, do qual fazem parte, a construção do Instituto Penal Paulo Sarasate, a Rodovia do Algodão (ligando Fortaleza ao Crato, com mais de quinhentos quilômetros de extensão), a Rodovia Litorânea (ligando Fortaleza ao Aracati), a rodoviária de Fortaleza e o estádio de futebol, que leva o seu nome (Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão); obras que (...) constituem-se como “símbolos dessa nova etapa de poder”.

3.1 Projeto original

O conjunto arquitetônico do Palácio da Abolição é formado por quatro edifícios (Figura 1): o Palácio da Abolição propriamente dito, pensado inicialmente como residência do governador, implantado transversalmente à longitude do terreno e em área mais próxima ao mar; a Capela do Palácio, constante no projeto original, localizada na esquina nordeste do terreno; o Gabinete de Despacho, perpendicular ao primeiro, encomendado durante a sua execução e conectado a ele através de uma passarela; e o Monumento e Mausoléu do Presidente Castelo Branco, disposto em balanço de aproximadamente trinta metros sobre uma praça rebaixada que ocupa quase um quarto do terreno. Este trabalho se deterá mais na análise do primeiro edifício.

Figura 1 – Vista aérea do conjunto à época da inauguração



Fonte: Arquivo José Alberto Cabral.

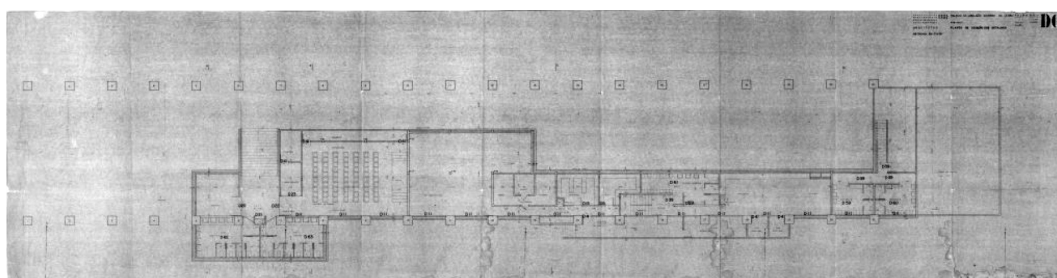
² Segundo afirmou o arquiteto Neudson Braga em entrevista, o secretário do governador chegou a entrar em contato com o IAB-CE para iniciar a organização do concurso, quando a notícia da contratação do arquiteto Sérgio Bernardes, que ofereceu fazer o projeto sem cobrar honorários, interrompeu o processo.



O Palácio, primeiro edifício implantado no terreno, está disposto paralelamente ao menor sentido do terreno, que possui dimensões aproximadas de 204 x 108 m, aproveitando fatores como direção predominante dos ventos, orientação solar mais favorável, com menor incidência de radiação direta nas fachadas de maiores dimensões, e, principalmente, a possibilidade de aproveitamento das vistas da orla marítima (Gabriele e Sampaio Neto, 2007).

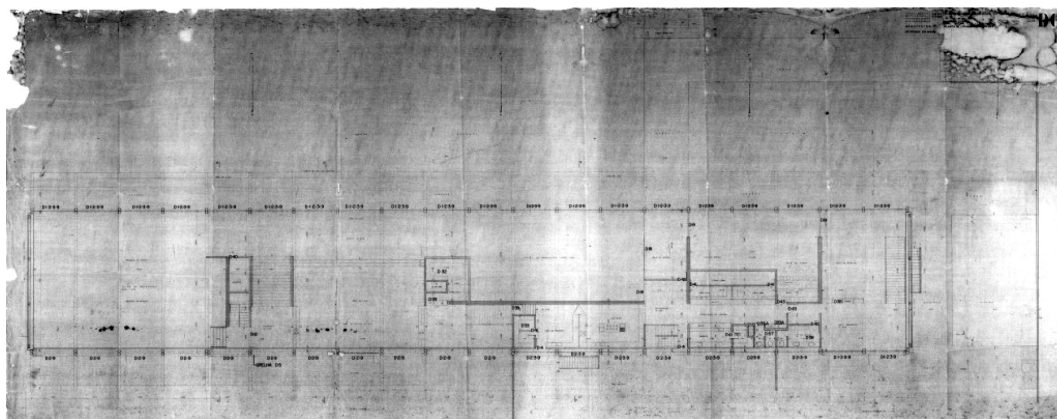
O projeto original do edifício possui três pavimentos: no pavimento inferior, semi-enterrado, localiza-se um auditório para setenta expectadores e áreas de aprovisionamento e serviço (Figura 2); no pavimento térreo localiza-se o hall de entrada, com pé direito duplo, áreas de recepção e uma retaguarda de serviços centralizada pela cozinha (Figura 3); e, por último, no pavimento superior o bloco é dividido pelo vazio do hall de entrada, com uma ala a oeste onde se encontram o gabinete particular do governador, sala de assessores diretos, sala para reunião do secretariado e áreas de espera, e uma ala a leste onde se distribuem as áreas de uso mais privado da residência e dois apartamentos para visitantes (Figura 4).

Figura 2 – Cópia da planta do subsolo do Palácio - projeto original



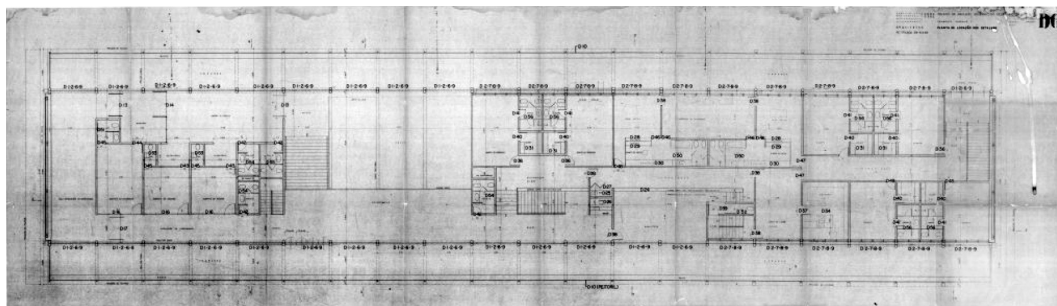
Fonte: Arquivo Rui Filgueiras Lima.

Figura 3 – Cópia da planta pavimento térreo do Palácio - projeto original



Fonte: Arquivo Rui Filgueiras Lima.

Figura 4 – Cópia da planta pavimento superior do Palácio - projeto original



Fonte: Arquivo Rui Filgueiras Lima.



Sua estrutura tubular (Figura 5), alongada, de configuração pavilhonar, é composta por vigas e pilares marcados pela “associação de dois tubos Mannesmann, de aço especial sem costura, com dez polegadas de diâmetro cada” (Gabriele e Sampaio Neto, 2007, p. 5). Este elemento é bastante característico do edifício, tanto pela inovação material quanto pela referência que faz às estruturas de carnaúba, tão características da arquitetura vernacular cearense. Possui um vão entre apoios de aproximadamente 13,64m no sentido transversal e 4,20m no sentido longitudinal, além de contar com um balanço de 3,40m nas fachadas norte e sul.

Figura 5 – Foto da obra do Palácio: estrutura tubular



Fonte: Arquivo José Alberto Cabral.

As lajes são maciças de concreto armado e a cobertura é em telha meio tubo de fibrocimento, criação sua e patenteada e industrializada pela Eternit. Sobre os materiais utilizados, Gabriele e Sampaio Neto (2007, p. 6) afirmam que “Nos materiais de acabamento, Bernardes mescla materiais de maior requinte, como o mármore cinza biré e a peroba, com materiais rústicos, pedras do Piauí e da Paraíba, de corrente uso em construções locais.”

Vale destacar, também, o paisagismo desenhado por Fernando Chacel, que propõe um jardim tropical se utilizando de várias espécies da flora nativa e faz uso de um riacho natural que cumpre também o papel de barreira física entre os edifícios e os logradouros vizinhos (Figura 6). Segundo Fracalossi (2013) “O complexo não tem muros perimetrais. O terreno é protegido por um fosso profundo, largo e contínuo que delimita a área do Palácio. Depois dele, está uma extensa área de jardim e vegetação densa de espécies nativas.”

Figura 6 – O Palácio e o riacho artificial desenhado por Fernando Chacel



Fonte: Arquivo José Alberto Cabral.



3.2 Projeto de reabilitação e restauro

Após Plácido Castelo, o palácio ainda serviu (como moradia ou gabinete) para os próximos seis governadores, até que, em 1987, o governador Tasso Jereissati optou por levar o despacho para o Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, no bairro do Cambé, e fazer sua própria residência como moradia oficial. Como colocam Gabriele e Sampaio Neto (2007, p. 8)

(...) a partir de então, o Palácio passa a abrigar algumas secretarias de Estado e órgãos da administração pública, além de configurar-se numa espécie de local de exposições temporárias que, por uma sinonímia inadequada, recebe o título de “Centro Cultural do Abolição” (vinculado à Secretaria Estadual de Cultura).

O conjunto do Palácio da Abolição foi, então, tombado pelo governo estadual em 2004. A deterioração do conjunto ainda segue por alguns anos, até que, no início do primeiro mandato do governador Cid Gomes, surgem as primeiras notícias da intenção de recuperação do edifício. Segundo Gabriele e Sampaio Neto (2007, p. 9):

As últimas aparições do edifício na mídia local acontecem por ocasião da posse do atual governo, encabeçado por Cid Ferreira Gomes, sendo noticiadas as suas intenções de recuperação e restauro desta obra.

Primeiramente, em 2008, surgiu uma proposta de reforma bastante polêmica, que descaracteriza os edifícios, logo sofrendo fortes críticas, principalmente por parte do IAB-CE (Figura 7). O governador Cid Gomes decidiu, então, por suspender o processo licitatório que já se iniciava e fazer uma revisão completa do projeto.

Figura 7 – Situação atual do Palácio: manutenção dos elementos externos



Fonte: <http://inventarioambientalfortaleza.blogspot.com.br/2008/11/reforma-do-palacio-da-abolio.html>.

O conjunto foi, então, reabilitado e restaurado para ser novamente a sede do executivo cearense e o projeto do retrofit ficou a cargo do Departamento de Arquitetura e Engenharia do Estado do Ceará (DAE). O projeto buscou identificar e preservar as características originais do edifício, uma vez que este havia sofrido diversas alterações ao longo do tempo e que, portanto, não precisavam ser preservadas. Segundo Silva (2012, p. 66) “A definição do projeto de conservação decorre do julgamento das decisões a serem tomadas, que interferem diretamente na permanência do valor, na existência da integridade e da autenticidade do bem.”

Os principais elementos externos que conferem ao edifício seu caráter e valor, tais como os basculantes de vidro e ferro e os diversos elementos de madeira, foram preservados (ver Figura 8). Estes elementos são definidos de forma a preservar não o edifício de forma integral, mas sua essência e aquilo capaz de transmitir seu significado.

Talvez por isso as abordagens teóricas mais recentes venham admitindo que o objetivo da conservação-restauração não seja a preservação do bem cultural em si, mas a preservação dos valores e significados que são importantes para as pessoas envolvidas com esse bem cultural. (PEREIRA, 2011, p. 109)



Figura 8 – Situação atual do Palácio: manutenção dos elementos externos

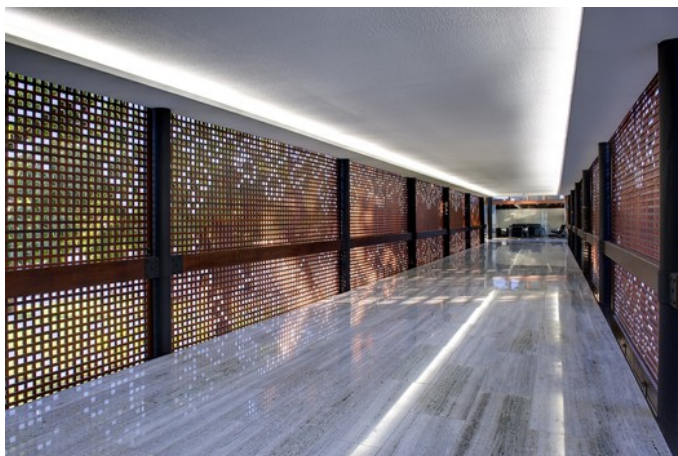


Fonte: Beatriz Carneiro.

Foram adicionados três novos elementos ao conjunto devido a novas demandas que surgiram com sua reabilitação: duas portarias de controle, um auditório localizado no subsolo para 215 pessoas e um novo abrigo para a passarela, em treliça de madeira com pequenos fechamentos em acrílico que simulam o desenho de uma renda, peça bastante conhecida do artesanato cearense (Figura 9). Segundo Silva (2012, p. 34):

Partes do edifício permanecem, partes são retiradas (subtração) e outras adicionadas de modo que o edifício pós-conservação traga marcas do passado e novas adições que o projetam no futuro. O projeto deve responder às novas expectativas para o edifício: mudança na função, alteração nas formas de uso decorrentes de novos padrões de ocupação, legislações, requisitos tecnológicos, exigência de melhoria no desempenho térmico etc.

Figura 9 – Novo fechamento da passarela



Fonte: Robson Melo.

Sobre o projeto de restauro, merecem destaque, ainda, o paisagismo do conjunto, que foi novamente desenhado por Fernando Chacel, resgatando o projeto original e inserindo novas espécies, e o Mausoléu do Presidente Castelo Branco, que foi recuperado para sua forma original com o auxílio de fotos datadas da inauguração da obra, preservando seu entorno e o espelho d'água, tendo este último, no entanto, recebido o acréscimo de revestimento cerâmico na cor azul que contrasta com o restante do conjunto.



4 INTERVENÇÃO NO PALÁCIO: FLEXIBILIDADE E PERMANÊNCIA

No que se refere ao edifício do Palácio, as alterações foram mínimas e basicamente internas. A maior interferência se deu no subsolo, com a criação do auditório já mencionado anteriormente. O térreo agora conta com uma galeria de exposições aberta ao público (Figura 10) e os demais níveis são tomados por setores administrativos e de apoio ao gabinete do governador. Externamente, o edifício foi preservado quase integralmente.

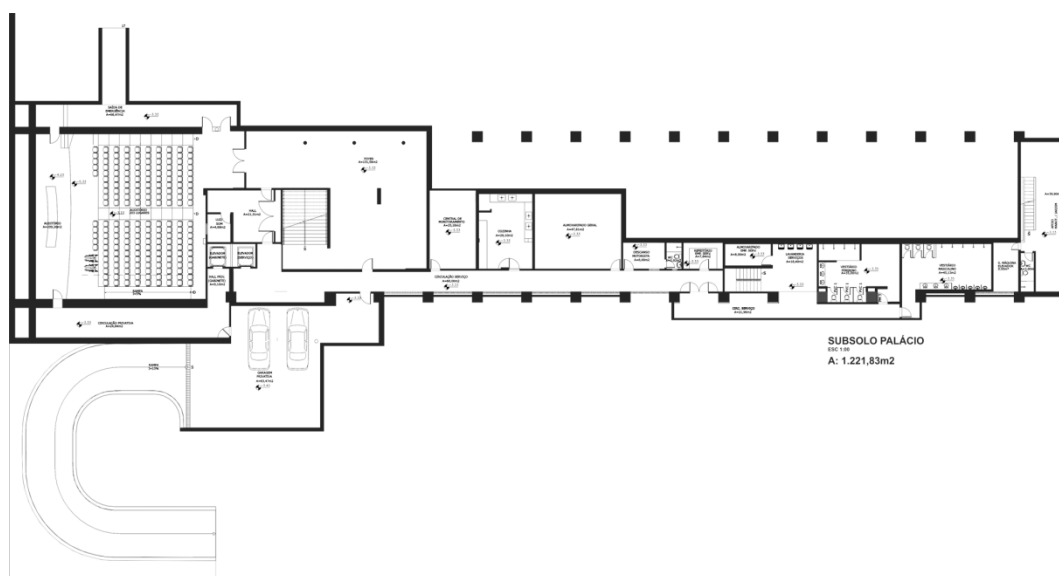
Figura 10 – Galeria de exposições do Palácio



Fonte: Beatriz Carneiro.

Os princípios de flexibilidade adotados no Palácio e a relação destes atributos com a proposta de intervenção ficam evidentes quando se compara as plantas originais com as do restauro (ver Figuras 11, 12 e 13). A modulação adotada, a concentração de espaços fixos como áreas molhadas ou circulações verticais, os vãos livres internos e os balanços que acabam atuando como transições entre o interior e exterior garantem uma grande flexibilidade funcional do edifício, que contrasta seus elementos rígidos estruturais com a leveza de divisórias internas. 'A solução estrutural do edifício repercutiu internamente ao favorecer uma maior liberdade, economia de espaço e flexibilidade funcional.' (Silva, 2012, p. 108).

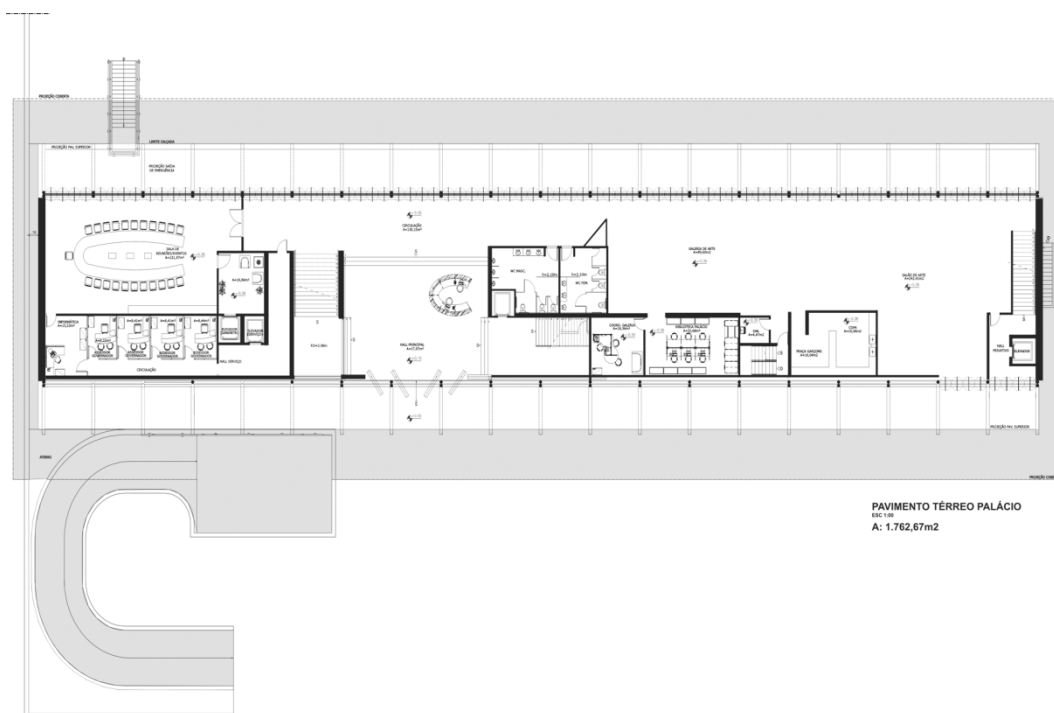
Figura 11 – Planta do subsolo do Palácio – projeto de restauro



Fonte: ArchDaily Brasil.



Figura 12 – Planta do pavimento térreo do Palácio – projeto de restauro



Fonte: ArchDaily Brasil.

Figura 13 – Planta do pavimento superior do Palácio – projeto de restauro



Fonte: ArchDaily Brasil.

A adaptação é fundamental em projetos que visam a preservação e reabilitação de edifícios modernos. É possível, no entanto, como no caso aqui estudado, atualizar ou modificar os usos destes edifícios mantendo suas características essenciais e que os conferem valor, respeitando seus elementos e conservando suas qualidades. Como afirma Silva (2012, p. 24)

As modificações necessárias devem ser reversíveis ou requerer um impacto mínimo (p.2). A mudança de uso é vista como uma das possíveis alternativas que contribuem para a conservação do bem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exemplo do Palácio da Abolição serve tanto para identificarmos certos valores da arquitetura moderna ainda vigentes na contemporaneidade, no caso do projeto original, quanto para analisarmos um projeto de reabilitação e restauro que, com base em parâmetros teóricos do patrimônio e em certos atributos do edifício, mostra que é possível atuar na preservação destes



exemplares adaptando-os para novos usos, mas mantendo seus principais valores e significados. Como defende Pereira (2011, p. 104), “No sentido de uma maior flexibilidade, partiu da restauração para chegar à reutilização, renovação, revitalização e requalificação.”

Tornam-se urgentes, portanto, iniciativas que busquem documentar, valorizar e preservar exemplares deste patrimônio recente, pois a maior parte do seu acervo está desaparecendo ou sofrendo intervenções que modificam suas características originais. Como defende Silva (2012, p. 68):

Apesar do esforço que vem sendo feito nas últimas décadas, tem se perdido um grande número de exemplares da arquitetura moderna, às vezes até os últimos registros de uma região. O crescimento das cidades, naturalmente, seleciona as edificações, e o faz sem critérios de escolha.

É fundamental, no entanto, que estes edifícios cheguem até nós não apenas como testemunho de uma época, mas também de um modo de pensar e fazer arquitetura. A preservação da arquitetura moderna, portanto, requer um foco em aspectos menos tangíveis, que estejam presentes na essência de seu significado.

A flexibilidade, presente no Palácio, constitui um legado dos princípios do projeto moderno, portanto, ela pode servir de estratégia em novos projetos e para a preservação das características essenciais de projetos modernos que precisem passar por alterações para mudar de uso ou atualizações técnicas. Segundo Anelli e Sanches (2005):

Conceitos inerentes a certos projetos modernos favorecem a flexibilidade de uso. Também a inexistência da valorização da manufatura retira a aura de unicidade da produção material da obra, inerente a edifícios de outros períodos, abrindo a possibilidade de novas construções, com técnicas sempre atualizadas.

Percebe-se, portanto, a pertinência de se considerar este atributo advindo da arquitetura moderna em suas variadas interpretações e aplicações. A flexibilidade pode ser uma das maneiras mais adequadas de se atestar a vigência dos princípios da arquitetura moderna na atualidade, seja nos seus exemplares edificados e na intervenção no patrimônio remanescente e, como consequência, alimentar o debate no campo da teoria e da prática arquitetônica contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANELLI, Renato Luiz Sobral; SANCHES, Aline Coelho. **A flexibilidade da planta livre moderna para novos usos**: transformando o Grande Hotel de São Carlos em Paço Municipal. In: 6º DOCOMOMO Brasil: Moderno e Nacional. Niterói, 2005, Niterói. 6º DOCOMOMO Brasil: Moderno e Nacional. Niterói, 2005.

FINKELSTEIN, Cristiane Wainberg. **Flexibilidade na arquitetura residencial**: um estudo sobre o conceito e sua aplicação. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2009.

FRACALOSSI, Igor. **Clássicos da Arquitetura**: Palácio da Abolição / Sérgio Bernardes. ArchDaily Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/148709/classicos-da-arquitetura-palacio-da-abolicao-sergio-bernardes>. Acesso em: 15 maio 2015.

GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima.; SAMPAIO NETO, Paulo Costa. **Um Palácio Destronado...** In: 7º DOCOMOMO Brasil: O Moderno já Passado | O Passado no Moderno: reciclagem, requalificação, rearquitetura, 2007, Porto Alegre. 7º DOCOMOMO Brasil: O Moderno já Passado | O Passado no Moderno: reciclagem, requalificação, rearquitetura. Porto Alegre, 2007.

GRAEFF, Edgar de Albuquerque. **Edifício** [Cadernos Brasileiros de Arquitetura, v. 7]. São Paulo: Projeto, 1979.



JORGE, Liziane de Oliveira. **Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar.** 2012. 511 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012.

MACIEL, Carlos Alberto. **Arquitetura como infraestrutura.** 2015. 378 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências Contemporâneas na Teoria da Restauração. In: GOMES, M. A. A. de F. e CORRÊA, E. L. (Orgs.) **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio.** Salvador: Edufba, 2011.

SILVA, Paulo Maciel. **Conservar, uma questão de decisão:** o julgamento na conservação da arquitetura moderna. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.